

ATA N.º 24/2017:

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017:

No dia doze de dezembro de dois mil e dezassete, pelas quinze horas e dez minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Prorrogação dos Protocolos de Colaboração e Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas e União de Freguesias do Concelho

PONTO 2 – Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021

PONTO 3 – Relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação.

Requerente: Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano – ARPIBA. Proc.º E-669/09. Requerimento n.º 5433/2017

PONTO 4 – Mapa de Pessoal para o ano de 2018

PONTO 5 – Instrumentos de Gestão Previsional para 2018 da Palmela Desporto – sentido de voto do Município

O **Sr. Presidente** cumprimenta o executivo camarário, jornalistas, dirigentes e trabalhadores presentes.

Refere que esta reunião não tem o Período Antes da Ordem do Dia, nem o Período destinado ao Público por ser extraordinária, facto pelo qual vai imediatamente dar início à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Prorrogação dos Protocolos de Colaboração e Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas e União de Freguesias do Concelho.

PROPOSTA N.º GPC 01_24-17:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto no nº 1 do artigo 120º e artigos 132º e 133º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013/2017, no âmbito da delegação de competências prevista, contratos interadministrativos e acordos de execução que resultaram de negociações com os executivos à data em funções em cada órgão autárquico.

Após as eleições autárquicas e a entrada em funções dos novos eleitos, importa estabelecer novo processo de negociações que estabeleça a relação para o mandato 2017-2021.

Considerando que,

- a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, nos termos do disposto no artigo 122º do RJAL;
- em ano de eleições autárquicas, o processo de elaboração das Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2018 conhece um calendário diferente, estipulando a legislação prazos diferentes daqueles que decorrem dentro do quadro de atividade normal;
- a Câmara Municipal de Palmela promoveu com todas as Juntas e União de Freguesias reuniões para lhes propor a renovação dos atuais acordos de execução, contratos interadministrativos e protocolos, nos termos e valores aprovados até final de 2017, bem como para apresentar as principais propostas a incluir no orçamento e G.O.P. 2018-2021, com incidência em cada território;
- está iminente um quadro de novas competências que o Governo pretende transferir para as autarquias locais;
- ficou acordado entre o Município e as Freguesias do Concelho a necessidade de proceder à avaliação e eventual revisão dos Protocolos em apreço, durante o primeiro trimestre de 2018;

Propõe-se que, nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea o) e 25.º, n.º 1, alínea j), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal a prorrogação da vigência dos Protocolos de Colaboração e dos Protocolos de Delegação de Competências, nos termos em vigor, até final do mandato 2018-2021, mantendo a assim a sua vigência sem interrupção.

Mais se propõe que se proceda às transferências financeiras abaixo discriminadas, que decorrem dos Protocolos de Colaboração, Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução vigentes.

Competências	Freguesia Palmela	Freguesia Pinhal Novo	Freguesia Quinta do Anjo	União das Freguesias de Poceirão e Marateca
Educação	99.654,64€	166.815,92€	39.242,00€	65.844,14€
Toponímia	1.500,00€	1.500,00€	1.500,00€	1.500,00€
Calçadas	11.312,00€	18.854,00€	15.009,00€	3.771,00€
Espaços de Jogo e Recreio	33.112,80€	35.786,40€	15.357,00€	18.338,80€
Rede Viária		46.094,00€	46.258,00€	108.472,00€
Higiene e Limpeza			54.565,00€	47.088,50€
Espaços Verdes			39.528,00€	14.321,00€
Mercados Municipais			4.500,00€	
Mobiliário Urbano	11.050,00€	11.300,00	10.515,00€	3.775,00€
Recolha de Monos				40.000,00€
Limpeza de Bermas				10.000,00
Total	156.629,44€	280.350,32€	226.474,00€	313.110,44€

Protocolos de Colaboração	Valor/Transferência Financeira
Freguesia de Palmela	18.172,00 €
Freguesia de Quinta do Anjo	5.452,00 €
União das Freguesias de Poceirão e Marateca	14.538,00 €.»

Sobre a proposta de Prorrogação dos Protocolos de Colaboração e Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas e União de Freguesias do Concelho numerada GPC 01_24-17 intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que de uma maneira geral, os valores que foram atualizados em 2017 estão já acima de 1 milhão de euros, por ano, para as freguesias. Nos termos de cada um dos

acordos de execução contratos interadministrativos e protocolos de cooperação, propõe-se a manutenção dos atuais termos e depois, no próximo ano, no decurso de reuniões de trabalho já previstas com as juntas de freguesia, será feito o debate, a avaliação, a análise daquilo que é para manter, daquilo que tem que crescer em termos de valores ou não, e até de outras competências que venham a ser eventualmente aceites e assumidas pelas freguesias. Tal, foi de certa forma, articulado com consenso e aprovação unânime das freguesias. Também se espera a entrega dos relatórios de execução atinentes ao último trimestre do ano. À data desta última renegociação com as juntas, havia juntas que ainda não tinham apresentado o relatório do 3º trimestre, que deveria ter sido entregue até outubro. O Sr. Presidente esclarece, para quem não teve a oportunidade de consultar a extensa documentação sobre os termos de cada um dos protocolos, que os contratos, acordos de execução e protocolos da autarquia têm uma cláusula importantíssima que salvaguarda sempre o interesse das partes. É quando se ultrapassa a quantidade de trabalho estipulada para cada freguesia, é sempre suscetível de aprovação e de acertos, que serão trazidos à reunião de Câmara, para se pagar aquilo que houver a pagar e que tenha sido feito a mais do que aquilo que está no protocolo.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que, mantendo a coerência referente à questão da descentralização de competências, a bancada do PS acompanha e incentiva a apresentação da descentralização de competências em toda a escala que ela for possível realizar. Portanto, neste sentido e no sentido da proximidade ao município, de otimização de recursos e também de otimização de cumprimento do papel do poder local que assenta sobretudo na proximidade, quer das matérias, quer dos municípios, será feito o acompanhamento desta proposta, tanto mais reforçada pela necessidade e pela intenção de reavaliar no início de 2018, na sequência de um trabalho que também é contínuo, a questão da descentralização, das matérias descentralizadas; e sobretudo, porque também interessa melhorar, a melhoria de aspetos de monitorização desta descentralização. Num quadro nacional de novas competências para autarquias, e expectavelmente também para juntas, esta arrumação pode ditar em termos de escala de resposta, alterações profundas nestas competências agora delegadas, que não faria sentido, estar nesta altura, ainda mais num ano eleitoral, a implicar grandes processo de avaliação quando a realidade pode ser totalmente definida ou alterada por essa alteração em termos do que é legislação nacional. Confirma que a sua bancada votará a favor, no sentido que este é, um processo que pressupõe ser constantemente afinado e melhorado.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que vai votar favoravelmente por várias razões. Uma delas é essencial, sendo que as Juntas de Freguesia, estando mais próximo das populações e conhecendo mais a realidade das respectivas freguesias, necessitam de mais apoio financeiro para resolverem os problemas das populações.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que estes protocolos de colaboração são importantes. Um aspecto fundamental, quer nestes protocolos de descentralização, quer na relação entre as autarquias locais, quer das autarquias locais com a Administração Central e que, em alguns

casos, até com o país e a União Europeia, é importante o princípio da subsidiariedade. No fundo, quem melhor faz e quem mais perto está, fazê-lo de forma mais eficaz e com melhores resultados para os concidadãos. Estes protocolos ainda não chegam infelizmente a 1 milhão, mas sim a 976,000.00 €, o que é uma ínfima parte daquilo que é o orçamento da autarquia. Por esse motivo, informa que irá votar favoravelmente. Porque, com base em alguns dos argumentos do Sr. Presidente, entre os quais, o facto de se terem realizado eleições autárquicas, de três das quatro Juntas de Freguesia mudaram de presidente e nalgumas delas até mudaram de cor política e, portanto, naturalmente que terão uma sensibilidade diferente. Mas era importante que se aproveitasse precisamente o 1º trimestre de 2018 para se fazer, entre a autarquia e as Juntas de Freguesia, uma introspecção. Perceber o que é que se pode descentralizar mais, o que eventualmente se tenha descentralizado mas que a própria autarquia possa fazer melhor, e procurar também que haja uma maior homogeneidade de algumas destas descentralizações entre as Freguesias. É importante sinalizar a importância da descentralização, quer do município para as freguesias, como da Administração Central também para os Municípios e a importância também, de demonstrar a eficácia e a eficiência destes protocolos.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** corrige, por uma questão de rigor o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, dando a indicação de que o valor do protocolo de colaboração é de 1.014.726,00 €.

O **Sr. Presidente** refere que a questão da descentralização de competências assenta no princípio da subsidiariedade, mas assenta sobretudo em 2 outros princípios que são mais importantes do que o da subsidiariedade.

- O primeiro é o interesse público, e isso está na lei;

- O segundo é, efetivamente, quem pode exercer melhor essa competência;

Matérias há, em competências que são delegadas, mas que as câmaras continuam a executá-las, porque executam-nas melhor do que as freguesias. E também há o inverso e é essa a avaliação que tem vindo a ser feita, num conceito que foi pioneiro desde 1991 nestas matérias. Os protocolos e acordos de execução da autarquia sempre foram muito objetivos e muito rigorosos, naquilo que clarifica o âmbito de intervenção, as quantidades do trabalho e os valores. Por esse motivo se pode dizer que o executivo, nesta matéria, tem condições para afirmar que esteve no pelotão da frente e que o pelotão da frente, não se mede com volume de transferências financeiras. Há freguesias, por exemplo, que não querem a conservação da rede viária. A Freguesia de Palmela é uma delas. Como de outras matérias que são delegáveis e, por isso, a questão da homogeneidade para que não fique alguma interpretação diferente nas entrelinhas. Não se pode tratar igual o que é diferente. Aquilo que é diferente em número de quilómetros a tratar, daquilo que é diferente em número de metros quadrados de calçada a conservar, aquilo que é diferente em número de mobiliário urbano a reparar. É do conhecimento as áreas que carecem de atualização de valores, nomeadamente a conservação

da rede viária; mas também carecem de atualização do número de quilómetros a conservar, porque não é feita essa atualização desde 2011. E desde 2011 já foram pavimentadas dezenas de quilómetros. Essa atualização também vai ser feita, portanto, esta questão da descentralização para as freguesias não é uma questão de caridade e não é uma questão ficar bem na fotografia. É cooperação, trabalho efetivo, pagamento efetivo do justo valor. A questão que se coloca hoje às freguesias, e que se deve colocar no plano político, é um desafio às forças partidárias, porque em sede da legislação, nomeadamente na Assembleia da República, mas também aquilo que está a ser preparado no âmbito das transferências de competências para as autarquias locais, haja a coragem de fazer as transferências diretas do Orçamento Geral do Estado para as freguesias. Porque é preciso saber que as freguesias vivem hoje com um fundo de financiamento muito inferior aos valores que já receberam em 2005, que as freguesias tendo-lhes sido imposto este travão da transferência, foi-lhes prometido 1% do IMI efetivamente estão a receber. Mas quando houve a redução do IMI, foram reduzidas as receitas das juntas de freguesia também. Portanto, as freguesias precisam de mais autonomia, precisam de competências próprias, que não estejam dependentes da vontade política para descentralizar e pagar, precisam de ter competências próprias e verbas próprias do orçamento geral do Estado. Aquilo que se mantiver na esfera das competências municipais, e que seja legalmente possível delegar, contratualizar ou execução de contrato interadministrativo tem que continuar a ser feito como tem sido feito. Tem sido realizado *benchmarking* e a autarquia de Palmela foi alvo de estudo pela própria Universidade do Minho para chegar a estudos que levaram à última alteração legislativa, que tem que ser baseado de facto no custo benefício e no valor efetivo do serviço prestado em cada uma das competências.

A negociação com as Juntas vai decorrer no 1º trimestre, tendo sido dado a escolher, se as freguesias pretendiam outra competência, em que todas optaram por manter aquilo que está estipulado, voltando a conversações no início de 2018, uma vez que há alguma expectativa relativamente àquilo que possa advir da nova descentralização de competências.

O objetivo, de facto, é que não haja qualquer interrupção no trabalho e que não haja qualquer interrupção nas transferências financeiras que são pagas por duodécimos. Portanto, as freguesias precisam deste dinheiro todos os meses e qualquer interrupção origina problemas. Quando foi aludido que as freguesias precisam de ter um rendimento mais substancial, é porque muitas delas continuam a ter grandes dificuldades financeiras para honrar compromissos fixos, despesas correntes de funcionamento fixas e que muitas até às vezes utilizam o dinheiro dos protocolos, não no exercício das suas competências, mas para pagar outras coisas para a sua sobrevivência e para o seu funcionamento. E esta é que é a discussão política que tem de ser feita. As freguesias, para serem efetivamente dignificadas, só têm autonomia se tiverem autonomia financeira também.

Há um grande consenso sobre esta matéria, e por isso é importante vincar esta questão política de fundo, porque tem que ser esse o caminho que as freguesias merecem, sem ficarem

dependentes da vontade dos órgãos municipais em muitas das matérias que podem estar de facto nas mãos das freguesias.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.

PROPOSTA N.º DADO 01_24-17:

«A presente a proposta de Orçamento para o ano económico de 2018 dá início a um novo ciclo de gestão autárquica, pelo que, do ponto de vista programático, as Grandes Opções do Plano 2018-2021 incluem já uma parte substancial dos compromissos constantes do Plano de Trabalho sancionado pelos eleitores para o quadriénio 2018-2021.

Espera-se ainda que o próximo ano dê início a um novo ciclo económico, marcado por uma melhoria dos principais indicadores, que interrompa, em definitivo, o período de recessão que vivemos desde 2008. Um ciclo de que resulte, no nosso concelho e no país, em maiores recursos financeiros para as autarquias que lhes permita libertar-se dos constrangimentos a que estiveram sujeitas nos anos de crise; um ambiente mais favorável para os agentes económicos, em particular para as pequenas, médias e micro empresas, que potencie o emprego e o investimento; e, necessariamente, melhores condições de vida para os nossos munícipes.

Como detalhadamente se procura demonstrar no «Relatório de Enquadramento da Política Orçamental» que consta da proposta de Orçamento para o ano económico de 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021, estamos longe dos níveis de crescimento económico e de desafio financeiro anteriores à crise, porque, apesar de os principais indicadores apresentarem evoluções positivas e consistentes, têm ainda uma expressão muito modesta. Contudo, é indesmentível que as expetativas para os próximos anos se apresentam como mais favoráveis, não só porque os indicadores são na sua generalidade mais positivos, mas porque o nível de incerteza baixou. Em resumo, com a informação disponível e admitindo que esta conjuntura económica se manterá estável nos próximos anos, é espectável um crescimento modesto mas continuado do PIB e da taxa de inflação, com um incremento na atividade económica, que deverá abranger os sectores mais relevantes para as finanças das autarquias locais, resultando no crescimento ligeiro mas sustentado das suas receitas, em particular do IMT, das Taxas de Licenciamento e da Venda de Bens e Serviços.

Nesse sentido, o orçamento ordinário para 2018 (sem contabilizar empréstimos, participações de fundos comunitários e outras transferências excepcionais), mesmo restringido pelas regras do POCAL, já acolhe um aumento, ainda que modesto, face ao valor inicial do orçamento do ano anterior, o que revela progressos em virtude da melhoria do desempenho, nos últimos 24 meses, de diversas receitas municipais, em particular do IMT, que pelo segundo ano consecutivo, apresenta uma evolução positiva, com uma expressão que permitiu absorver as quebras verificadas na Derrama e no IMI.

Mas, ainda que fosse possível introduzir nos documentos previsionais um aumento mais acentuado da receita, tal é pouco recomendável, não só devido à modéstia do crescimento da economia do país, mas também porque há riscos e contingências que uma gestão responsável e transparente terá obrigatoriamente de acautelar, de que se destacamos, pela sua relevância:

- Este novo ciclo trará também uma pressão acrescida sobre a despesa, sendo exetável que uma parte substancial da potencial disponibilidade financeira gerada pelo esperado crescimento da receita seja absorvida pelo efeito conjugado dos seguintes fatores: crescimento da taxa de inflação; crescimento, acima da taxa de inflação dos preços de alguns bens e serviços em resultado de uma maior procura e do fim da quebra anormal de preços gerada pela recessão; desbloqueamento das progressões e reposição do valor das horas extraordinárias;
- Está em curso o processo de decisão para a transferência de novas competências para as autarquias locais que, a concretizar-se, originará - como sempre ocorreu no passado - mais pressão sobre os orçamentos municipais: mesmo que o governo transferisse a almofada financeira necessária a um bom desempenho das novas competências (o que, diga-se, nunca antes ocorreu) o simples facto de as mesmas serem agora realizadas por entidade mais próxima dos cidadãos, terá como consequência um aumento do nível de exigência de todos os atores, de que resultará, necessariamente, um incremento da despesa dos municípios;
- Apesar de a economia nacional apresentar melhorias, é notório e consensual que continua ainda muito vulnerável a fatores externos e dificilmente será possível manter a tendência atual caso a conjuntura internacional se altere, seja em termos meramente económicos ou em resultado de um qualquer acontecimento geopolítico. Em ambos os casos existem ameaças suficientes para recomendar toda a prudência na análise na utilização das projeções e expetativas do desempenho da economia nacional

Em suma, com a informação de que dispomos, podemos concluir:

1. que as opções de gestão tomadas nos últimos anos (de agir com prudência, contendo a despesa, em particular a de natureza mais rígida e evitando cortes bruscos na estrutura da receita; de buscar permanentemente ganhos de eficiência nas despesas de funcionamento, de modo a permitir continuar a libertar recursos

para o investimento e para a atividade; de gerir os saldos de gerência com parcimónia e numa perspetiva plurianual, entre outras) se revelaram as mais corretas e permitem hoje ao município dispor de uma saúde financeira invejável no atual quadro nacional, atestada pela melhoria constante dos principais indicadores económico financeiros, pela ausência de pagamentos em atraso, pelo aumento da capacidade de endividamento e pela inexistência de qualquer constrangimento legal ao exercício das suas competências;

2. que apesar da melhoria evidente das expetativas económicas para os próximos anos, a modéstia do nível de crescimento esperado e a dimensão dos riscos e ameaças existentes, recomendam a manutenção das principais orientações da política financeira do executivo,
3. Não sendo possível perspetivar um crescimento do orçamento municipal ordinário (sem contabilizar empréstimos, comparticipações de fundos comunitários e outras transferências excecionais) nos próximos anos muito acima dos 40 milhões de euros, e que parte substancial do crescimento esperado será absorvido por nova despesa, deverá ser equacionada a contração de um novo empréstimo de médio e longo prazo, para acomodar novos investimentos, em particular os que resultem de candidaturas ao Portugal 2020

Finalmente, e em termos meramente formais, importa dar nota que a proposta de Orçamento para o ano económico e Grandes Opções do Plano 2018-2021 mantém a estrutura adotada a partir de 2015 a qual, recorde-se, para além da adaptação às exigências da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) incluiu outras inovações por opção do executivo municipal.

Permanece a impossibilidade de apresentar a plurianualidade do orçamento, em virtude de se continuar a desconhecer os elementos que devem constar do documento a elaborar, por ausência de regulamentação específica, a qual deveria ter sido publicada pelo governo 120 dias após a publicação da nova Lei das Finanças Locais (cf. art.º 47º).

Ainda, neste âmbito, importa referir que os documentos previsionais foram elaborados de acordo com classificador e normas do POCAL, em virtude de o governo ter adiado para 2018 a aplicação do regime previsto no Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 setembro, que aprovou a criação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP).

Financeiramente, a proposta caracteriza-se por:

1. Orçamento

O Orçamento apresenta um valor global de 49,259 milhões euros, o que representa um aumento de 8,1% relativamente ao orçamento inicial de 2017 e de 4,6% face ao orçamento em vigor.

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza 19,4 milhões de euros, registando um aumento de 0,5%, continuando a ser o capítulo com maior peso no total da receita (39,5%). O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), calculado com base na média dos últimos 24 meses, é a principal componente dos Impostos Diretos.

As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação variável no IRS) totalizam 8,2 milhões de euros e representam 16,7% do total das receitas orçamentadas.

Os capítulos de Impostos Indiretos e de Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de 1,9 milhões de euros, representam 3,9% do total das receitas. Finalmente, o capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de 9,7 milhões de euros, representa 19,8% do total das receitas o que representa um acréscimo de 3,2% relativamente a 2017.

Apesar das receitas ordinárias (receitas próprias mais transferência do estado resultantes da participação do município nos impostos nacionais) se situarem nos 40,2 milhões de euros, o orçamento da receita proposto tem o valor de 49,3 milhões de euros. Este diferencial resulta da inclusão na receita de comparticipações no âmbito de candidaturas ao «Portugal 2020», cujo ciclo de execução se iniciou no 2º semestre de 2017, de utilização do empréstimo contratado em 2017 e de transferências do Estado para financiar investimentos da responsabilidade da administração central a executar pelo município. As despesas com investimento situam-se nos 11,1 milhões de euros no orçamento inicial.

Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: 28,6 milhões de euros (58,1%), dos quais 11,1 milhões correspondem a investimento (22,5%);
- Pessoal: 18,7 milhões euros (38%);
- Despesas não imputadas às GOP: 1,9 milhões euros (3,9%).

As despesas com Pessoal diminuem 0,5% relativamente ao orçamento inicial de 2017.

As despesas não imputadas às GOP sofrem um decréscimo de 7,7%, face aos documentos previsionais iniciais de 2017.

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura da Receita e Despesa para o ano 2018:

unidade: euro

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
Impostos Directos	19.436.553,00	39,5%	Pessoal	18.715.546,00	38,0%
Impostos Indirectos	1.018.483,00	2,1%	Aquisição Bens e Serviços Correntes	13.514.149,00	27,4%
Taxas Coimas e Outras Penalidades	901.259,00	1,8%	Encargos Correntes da Dívida	408.581,00	0,8%
Rendimentos de Propriedade	139.802,00	0,3%	Transferências Correntes	1.997.344,00	4,1%
Transferências Correntes	8.524.319,00	17,3%	Subsídios	600.000,00	1,2%
Venda de Bens e Serviços Correntes	9.730.647,00	19,8%	Outras Despesas Correntes	231.158,00	0,5%
Outras Receitas Correntes	40.000,00	0,1%			
Total Receitas Correntes	39.791.063,00	80,8%	Total Despesas Correntes	35.466.778,00	72,0%
Venda Bens de Investimento	5,00	0,0%	Aquisição de Bens de Capital	11.377.165,00	23,1%
Transferências de Capital	7.163.326,00	14,5%	Transferências de Capital	346.005,00	0,7%
Passivos Financeiros	2.298.818,00	4,7%	Ativos Financeiros	125.699,00	0,3%
Outras Receitas de Capital	2,00	0,0%	Passivos Financeiros	1.943.217,00	3,9%
Total Receitas de Capital	9.462.151,00	19,2%	Total Despesas de Capital	13.792.086,00	28,0%
Outras Receitas	5.650,00	0,0%			
Total Receita	49.258.864,00	100,0%	Total Despesa	49.258.864,00	100,0%

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de 4,3 milhões de euros, que financia despesas de capital, respeitando assim o princípio do equilíbrio orçamental do POCAL. Nos termos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a regra do equilíbrio orçamental é igualmente cumprida, existindo um diferencial positivo de 2,2 milhões de euros.

2. Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de 35,2 milhões de euros, dos quais 28,6 milhões com financiamento assegurado, aumentando 16,1% quando comparado com o valor das GOP iniciais do ano de 2017 e apresenta a seguinte estrutura:

OBJETIVO	2018		
	Total (€)	Definido (€)	Não Definido (€)
Funções Gerais	3.709.547	3.280.941	428.606
Serviços Gerais da Administração Pública	3.101.821	2.782.321	319.500
Segurança e Ordem Públicas	607.726	498.620	109.106
Funções Sociais	23.639.654	19.102.031	4.537.623
Educação	5.584.338	4.621.388	962.950
Saúde	1.355.900	1.355.900	0
Segurança e Ação Social	579.416	126.916	452.500
Habituação e Urbanismo	987.188	634.088	353.100
Ordenamento do Território	86.374	86.374	0
Saneamento	5.032.482	3.692.691	1.339.791
Abastecimento de Água	1.785.003	1.265.221	519.782
Resíduos Sólidos	2.115.304	1.859.304	256.000
Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	1.254.169	820.669	433.500
Cultura	3.624.023	3.445.023	179.000
Desporto, Recreio e Lazer	1.235.457	1.194.457	41.000
Funções Económicas	5.424.787	3.968.917	1.455.870
Indústria e Energia	2.175.100	1.593.100	582.000
Transportes e Comunicações	2.604.670	1.946.670	658.000
Comércio e Turismo	433.647	398.647	35.000
Outras Funções Económicas	211.370	30.500	180.870
Outras Funções	2.389.988	2.254.289	135.699
Total	35.163.976	28.606.178	6.557.798

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de Orçamento para o ano económico de 2018 e das Grandes Opções do Plano 2018-2021.»

Relativamente à proposta de Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021, transcreve-se na íntegra a INTRODUÇÃO, que faz parte integrante deste documento:

INTRODUÇÃO

"O Orçamento de 2018 e as Grandes Opções do Plano 2018-2021 marcam o início de um novo mandato que, assumindo novos investimentos, contempla ainda obras e compromissos que tiveram, em 2017, procedimentos necessários à sua concretização. Este ciclo de qualificação e desenvolvimento do território sublinha um percurso de forte aposta na qualidade de vida das populações dos territórios urbanos consolidados e em crescimento, mas também dos espaços de vocação rural, através de um grande investimento na remodelação e construção de infraestruturas, na requalificação urbana, na educação e intervenção social, numa perspetiva integrada do concelho.

Em paralelo, mantém-se uma aposta forte na criação de condições de apoio e atração de novos investimentos essenciais a um maior e mais diversificado desenvolvimento económico e à

criação de mais emprego no território, designadamente, através da qualificação da rede viária e das zonas industriais, entre outras ações.

Em 2018, serão também concretizados três grandes investimentos que, sendo da responsabilidade da administração central, contam com um decisivo empenho negocial, técnico e financeiro do Município, que, em 2017, executou projetos, lançou concursos e irá administrar as obras no terreno, como são os casos da Unidade de Saúde de Pinhal Novo-Sul (para o qual cedeu também o terreno), da Regularização da Ribeira da Salgueirinha e da Consolidação das Encostas do Castelo de Palmela.

Determinante para o sucesso deste ciclo de gestão é também o grande investimento nas instalações que acolhem serviços municipais, designadamente na recuperação estrutural do edifício Paços do Concelho, ampliação e remodelação dos serviços operacionais e no equipamento e aquisição de maquinaria.

Trata-se de um orçamento rigoroso e realista, atento à necessidade de manter a boa saúde financeira do Município, que permite o recurso ao crédito como um instrumento de gestão para reforço do investimento, capacidade de execução de novas empreitadas e recursos necessários para fazer face aos compromissos no âmbito das candidaturas a fundos comunitários.

Este Orçamento acolhe ainda o compromisso assumido no programa de mandato, no sentido de aprofundar políticas amigáveis de incentivo à fixação, alívio fiscal e apoio às famílias, em diversos domínios do seu quotidiano.

As GOP para 2018 integram todos os investimentos e ações que constituem compromisso do mandato e outros que decorrem das dinâmicas do território e do conjunto de necessidades das populações, expressas em projetos de participação e de cidadania ou através de estruturas representativas de moradores.

FUNÇÕES SOCIAIS

*As **funções sociais** abrangem as áreas de intervenção diretamente relacionadas com a satisfação das necessidades básicas do quotidiano dos munícipes, constituindo a educação, saúde, ação social, habitação e serviços coletivos, cultura, saneamento, abastecimento de água e resíduos sólidos constituem a maior fatia do investimento municipal, com um total de 19.109.031 euros, um aumento de 20,53 %, relativamente a 2017. Às funções sociais estão imputadas direta e indiretamente 71,2 % das GOP.*

Educação

Qualificação do Parque Escolar

O plano prossegue o grande investimento no parque escolar, com a conclusão de obras de ampliação e requalificação das escolas básicas de Aires, Águas de Moura 1 e Matos Fortuna (Quinta do Anjo) e Cabanas, e intervenções de beneficiação noutros estabelecimentos de

ensino, nomeadamente, nas EB Zeca Afonso e Salgueiro Maia, em Pinhal Novo, a EB de Algeruz/Lau e Cajados. O investimento neste domínio atingirá os 2,7 milhões de euros, em 2018 e 2019.

O Município transferirá, ainda, para as Juntas de Freguesia, ao abrigo de acordos de execução, as verbas necessárias para as pequenas intervenções de manutenção e conservação das escolas.

Apoios Socioeducativos

No âmbito dos apoios educativos e sociais, que constituem um importante apoio às famílias, sublinha-se a concessão de transportes escolares a todas as crianças cuja escola da sua área de residência se situa a mais de 2 quilómetros da sua casa (e não 4 quilómetros como a lei determina), um investimento de superior a um milhão de euros, que abrange 2534 alunos.

Merece também, destaque o Programa de Alimentação Escolar, com o fornecimento de cerca de 2800 refeições diárias aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo, os auxílios económicos diretos aos alunos do primeiro ciclo abrangidos pelo primeiro e segundo escalão do abono de família para aquisição de material escolar e a distribuição gratuita a todos os alunos deste grau de ensino dos cadernos de atividades não incluídos nos manuais escolares fornecidos pelo Ministério da Educação. Também constitui novidade a atribuição de bolsas de estudo no âmbito de um programa de apoio e incentivo à frequência do ensino superior.

Os próximos anos serão ainda marcados pelo desenvolvimento do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar de Palmela – Eu conquisto o meu sucesso, integrado na Prioridade de Investimento do Programa Operacional da Região de Lisboa 2014/20, que visa a redução e prevenção do abandono escolar precoce.

Saúde

A dotação na área da saúde regista um aumento na ordem dos 147 % que resulta da construção da Unidade de Saúde do Lado Sul de Pinhal Novo, em terreno municipal já cedido, e que foi objeto de um contrato-programa com o Ministério da Saúde, num montante de cerca um 1,3 milhões de euros. Após a execução do projeto e lançamento do concurso da empreitada, em 2017, cabe ao Município, a fiscalização da construção e arranjo dos exteriores do edifício.

No domínio da Saúde, o Município continua também a investir em projetos de sensibilização, informação e prevenção, em parcerias com a Unidade de Saúde Familiar de Palmela e associações com intervenção neste domínio. O projeto "Saúde Palmela" e as conversas informais "Venha falar de Saúde" são dois exemplos deste trabalho articulado.

Segurança e Ação Social

A atividade no âmbito da segurança e ação social, continuará a privilegiar a intervenção junto de grupos de risco e mais vulneráveis, com o reforço do trabalho de parceria e no âmbito da Rede Social, incluindo a dinamização do Conselho Local de Ação Social e a revitalização das Comissões Sociais de Freguesia. No âmbito do Programa Municipal de Apoio às Pessoas Idosas, serão desenvolvidos projetos que contribuem para a integração social, lazer e qualidade de vida dos cidadãos de idade maior. Em 2018, o Município vai ainda desenvolver o Programa Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica.

Habitação e Serviços Coletivos

A garantia de serviços públicos de qualidade e a qualificação do território, nos domínios da habitação, planeamento urbanístico, saneamento e abastecimento de água ou manutenção de espaços verdes e a higiene urbana, integram este sector da atividade municipal, que terá uma dotação de 8,35 milhões de euros.

Centro Histórico

No Centro Histórico de Palmela, destaca-se o início da implementação do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), no quadro do financiamento comunitário do PORLisboa2020/PORTUGAL 2020. Para além da requalificação do espaço público e eliminação das barreiras arquitetónicas, será dado um novo incremento à requalificação de infraestruturas e pavimentos, reabilitação de edifícios nobres da vila e revitalização da animação socioeconómica do Centro Histórico de Palmela

Prosseguem as ações no âmbito do FIMOC – Financiamento Municipal de Obras e Conservação de Imóveis e "2(de)Mãos por Palmela".

Saneamento

A Regularização da Ribeira da Salgueirinha, cujos trabalhos preliminares e lançamento do concurso de execução decorreram em 2017, após a assinatura do contrato-programa com a Administração Central, continuará a ser uma das principais obras, com o início da empreitada em 2018.

Será concluída a infraestruturização da Rua Zeca Afonso e Travessa do Limoeiro, no Bairro Alentejano, e a infraestruturização da Lagoinha, um grande investimento que se concretizará por fases, que conhecerá mais um avanço em 2018 e nos anos seguintes.

Serão ainda lançados os projetos de execução para ampliação da rede de esgotos em Miraventos, Quinta Tomé Dias e Portal Branco, Cajados, Lagoa da Palha, Palhota e Venda do Alcaide.

Está previsto também o prosseguimento da infraestruturação em loteamentos inacabados (com acionamento das respetivas cauções) e ainda na Quinta do Canastra/Sobral – 1ª fase e Encosta do Outeiro.

Abastecimento de Água

Com um investimento de 1,26 milhões de euros, a gestão das infraestruturas de captação, armazenamento e distribuição de água, a requalificação das redes, reservatórios e estações de tratamento e a remodelação de redes, investindo no seu seccionamento de forma a evitar ruturas e reduzir perdas, são os objetivos nesta área, de forma a garantir a prestação de um bom serviço aos munícipes e a disponibilização de água de qualidade.

Numa rede que tem já mais de 600 quilómetros de condutas adutoras e distribuidoras, destaca-se, para além do permanente investimento no seu prolongamento fora dos centros urbanos, a conclusão do reforço do abastecimento de água a Pinhal Novo.

Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

Em 2018, verifica-se um acréscimo global de 29,5% no programa de Resíduos e Limpeza Urbana. O principal desafio consiste na melhoria do desempenho em matéria de recolha de resíduos, com a melhoria da qualidade dos serviços prestados. A revisão dos circuitos de recolha, a eficiência na lavagem dos contentores e o reforço das ilhas ecológicas são objectivos para este ano. Paralelamente, será desenvolvido o estudo da recolha porta a porta, fora das zonas urbanas e nos núcleos urbanos mais antigos.

No que diz respeito à higiene urbana, o investimento será reforçado, designadamente na limpeza mecanizada, aumento de papeleiras e dispensadores de sacos para dejetos caninos e a revisão de circuitos de varredura.

Ações de informação e sensibilização dos cidadãos continuarão a ser essenciais, com a consciência de que a sua colaboração para um território mais limpo e melhor ambiente é essencial.

Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza

As preocupações ambientais são cada vez mais transversais a toda a atividade municipal, com um envolvimento de áreas distintas de intervenção, do ambiente, espaços verdes e paisagismo, aos resíduos, mobilidade ou educação, entre outros, de que são exemplo projetos como o PAESP, Ecoempresas ou Ecofamílias, que têm continuidade em 2018.

No que respeita aos espaços verdes, serão concluídos, entre outros, projetos de qualificação do Jardim José Maria dos Santos, Praceta João Coelho Possante e Largo da Mitra, em Pinhal Novo, a par de intervenções nos jardins de Aires, Venda do Alcaide e Cabanas.

O bem-estar animal continuará a ser uma área a merecer atenção, com a qualificação e ampliação de instalações de acolhimento e o desenvolvimento de projetos de esterilização e promoção de adoções, entre outros.

Cultura

O apoio ao associativismo, o trabalho de parceria e os programas municipais de desenvolvimento cultural (Teatro, Música, Dança e Artes Visuais) são o ponto de partida para a dinamização da atividade diversificada e de qualidade desenvolvida no concelho, designadamente, nos equipamentos municipais. Entre os momentos altos da programação estarão os rituais Janeiras e Queima do Judas, as festividades locais, o Festival Concelhio de Folclore ou o Encontro do Cante Alentejano, para além das iniciativas que marcam as datas comemorativas e de relevo para a vida do concelho, como o Dia da Restauração do Concelho, o Dia do Concelho ou o 25 de Abril.

A intervenção estrutural para evitar as derrocadas nas Encostas do Castelo e a requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura são dois investimentos que justificam o acréscimo na ordem dos 24,7% no orçamento da Cultura.

A instalação do Núcleo Museológico Ferroviário, na antiga estação de Caminhos de Ferro de Pinhal Novo, a conclusão das intervenções nos sítios arqueológicos do Alto da Queimada e nas Grutas Artificiais de Quinta do Anjo, a continuação do Projeto Sinfonia de Palmela e a candidatura de Palmela à Rede de Cidades Criativas da Unesco na área da Música são algumas das ações de relevo.

Desporto, recreio e lazer

Em 2018, manter-se-ão os programas e projetos de desenvolvimento desportivo – Ciclismo, Judo, Ginástica, Basquetebol e Atletismo – e o apoio ao movimento associativo desportivo ou, em complemento, a candidaturas para a qualificação dos seus equipamentos desportivos.

O investimento mais significativo neste domínio é a requalificação do Polidesportivo do Poceirão, que será coberto e disponibilizará salas com respostas sociais à comunidade. A conservação e beneficiação dos espaços de jogo e recreio e polidesportivos municipais ocorrerá ao longo do ano, com várias intervenções.

A prova de ciclismo "Clássica da Arrábida" e, no atletismo, a "Pinhal Novo Night Run" terão as suas segundas edições.

FUNÇÕES ECONÓMICAS

As funções económicas, registam um aumento da dotação, com 3,9 milhões de euros, destinados aos setores de energia, transportes e comunicações, comércio e turismo.

Indústria e Energia

A eficiência energética no que concerne à iluminação pública, substituindo progressivamente as luminárias tradicionais, constitui a prioridade nesta área.

A Câmara Municipal aderiu ao Pacto dos Autarcas e, no âmbito do Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela – PAESP, é também seu objetivo, neste mandato, apresentar candidaturas e encontrar formas de cofinanciamento para a realização de obras e aquisição de equipamentos que promovam a eficiência energética, nomeadamente, a instalação de termossifões para aquecimento de águas sanitárias em escolas, painéis fotovoltaicos em edifícios públicos, climatização do Cineteatro S. João e investimento em sistemas passivos de diversos edifícios.

Transportes e Comunicações

Com 1,9 milhões de dotação, a rede viária continua a ser uma área de investimento prioritário, pela necessidade permanente de intervenções de conservação e reparação, mas também pelos investimentos em novas pavimentações e na melhoria da segurança rodoviária e pedonal. Em 2018, decorrerão as fases de desenvolvimento de dois importantes investimentos cofinanciados por fundos comunitários - o projeto Hub-10, plataforma humanizada de conexão territorial, e a CICLOP7, rede ciclável da península de Setúbal. Estão previstas intervenções de pavimentação e repavimentação em vários locais concelho, destacando-se, entre elas, as da 2ª fase da Rua João Gomes Romão, mais um troço da EM 533 e finalização da rua Constantino Loureiro, entre outras. Será iniciada a segunda fase da ecopista de Pinhal Novo, com ligação ao concelho do Montijo, e ciclovía de Quinta do Anjo.

Comércio e Turismo

Neste domínio, o investimento continuará a ser canalizado para a promoção e incentivo à economia local, com particular relevo para os produtos locais e a realização de iniciativas que os projetem, e para a dinamização da atividade turística. Entre os projetos de relevo para 2018, contam-se o PRARRÁBIDA, o Almenara e o desenvolvimento do Centro Rural Vinum, em Fernando Pó.

O investimento na promoção dos produtos locais, no enoturismo e na dinamização do calendário de iniciativas potenciadoras da atividade económica e da procura turística expressam-se na realização e apoio a eventos, com destaque para o Palmela Wine Jazz, Festival do Moscatel, Programa Palmela Experiências com Sabor, Feira Medieval, Fórum Turismo e Viva o Natal em Palmela.

OUTRAS FUNÇÕES

Projetos de Participação e Cidadania

Os Projetos "Eu Participo", (A)Gente do Bairro, Plano Municipal de Igualdade de Género e o Plano de Promoção Infantil e Juvenil "Eu Participo" continuarão a ser desenvolvidos, mobilizando as comunidades para a participação na gestão pública municipal. Várias ações propostas e priorizadas em 2017 têm os seus desenvolvimentos e expressão no presente Orçamento e GOP.

Este é o plano de trabalho que cumprimos este ano. Com uma gestão rigorosa de recursos, participada, com empenho, para o desenvolvimento do concelho de Palmela, acrescentando valor e atratividade ao território, indo ao encontro das necessidades das pessoas que aqui vivem, trabalham e projetam o seu futuro. Com o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores que todos os dias dão o seu melhor, e que merecem, por isso, o nosso reconhecimento."

Sobre a proposta de Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021 numerada DADO 01_24-17 intervêm:

O **Sr. Presidente** esclarece que em relação ao documento inicialmente apresentado, no âmbito da lei de direito oposição houve afinações, ligeiras correções de valores, houve também algumas correções no texto de abertura, mas são questões de precisão e de ortografia, não de conteúdo.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que gostaria de ter sido convidado a participar neste orçamento, porque no seu Partido existe gente com nome e com capacidade e conhecimento desta área, que poderiam ter feito algumas propostas, dessa forma dando o contributo nesta governação do município. E, por isso, o voto será contra.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que relativamente ao orçamento fará algumas considerações. Partindo da posição de que a situação económica seria invejável, na opinião do Sr. Presidente, seria expectável haver mais ambição quer na questão do IMI, quer na questão da devolução de 1% do IRS cobrado no concelho.

Relativamente às despesas de pessoal, de acordo com os números apresentados, verifica-se uma diminuição de 0,5% face ao previsto para 2017. Levanta-se por isso a questão de porque é que acontece isto sabendo que, em 2018 pode e vão acontecer três aspectos:

1. Reposição dos valores das horas extraordinárias aos valores que estavam antes da intervenção externa;
2. A questão dos precários que ainda não está bem definida também relativamente às autarquias locais, mas terá seguramente impacto em 2018;
3. O impacto do descongelamento das progressões nas carreiras que estava desde 2010 congelado e, portanto, perceber qual o impacto que deveria ser previsto apesar de os

números dizerem que há uma redução ou uma previsão de 0,5% abaixo do que estava previsto para 2017.

Relativamente às Grandes Opções do Plano, e apesar de não ser uma responsabilidade da autarquia, merecia haver um sinal, uma parte da Educação relativamente ao pavilhão da Escola Secundária de Palmela.

Depois ainda na parte, agora, da Segurança e da Ação Social, precisamente a requalificação do Monte Francisquinho, em Pinhal Novo, nas GOP (Grandes Opções do Plano) para 2016 previa-se que em 2017 houvesse um investimento de 50.000,00€, depois 250.000,00€ em 2018 e depois em 200.000,00€ em 2019. Logo nas GOP de 2017 estas previsões foram alteradas, passou a haver tudo o que estava para 2017 já resvalou para 2018 e agora chegando às GOP para 2018 verifica-se que só estão definidos 50.000,00€.

Ainda na aquisição e instalação de equipamentos para resíduos sólidos, enquanto, que anteriormente se previa uma verba equilibrada, desta vez, as Grandes Opções do Plano para 2018 definem 24.750,00€, remetendo para os anos de 2019, 2020 e 2021 uma verba que é repartida de igual forma.

Fala-se por exemplo que nas Grandes Opções do Plano do projeto-piloto de recolha porta-a-porta, faltará mais informação, mas acima de tudo, falta verba, porque não está uma linha a falar nisto e não está nenhuma verba prevista.

Depois, na proteção do meio ambiente, a reabilitação do Largo do Jardim José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, que tinha no passado uma previsão para 2016 de 80.000,00€, para 2017 repetia-se a mesma previsão e nas Grandes Opções do Plano que são agora apresentadas, só está definido, para já, 8.000,00€, ficando 170.000,000€ a definir.

Na cultura, alguns esclarecimentos sobre requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura que tem vindo também a resvalar e que agora tem 229.000,00€ definidos para 2018, mas o grosso volta a ir para 2019.

No caso da Juventude fala-se no desenvolvimento do Plano Municipal da Juventude, mas depois não há nenhuma rubrica orçamental que fale nesta matéria, tal como há, por exemplo, para o Programa Municipal para a Igualdade de Género. E fala-se também, nas linhas orientadoras que estão na final do orçamento, num programa municipal de voluntariado que parece ser um aspeto importante a discutir e analisar. É importante que a autarquia esclareça melhor, uma vez que está nas linhas orientadoras, mas depois não há nenhuma verba prevista no orçamento.

No âmbito do Projeto Educativo Local, não se percebe se existe alguma verba com trabalho mais assertivo com os jovens ou se está disseminado no âmbito do próprio programa. Na primeira habitação para os jovens, não se percebe que verba é que há, a que casas se referem, nem quem é que faz a mediação.

Num concelho da dimensão de Palmela e referente à conservação da rede viária, era previsto nas GOP uma verba constante de 140 mil euros, para conservação da rede viária por administração direta, sendo que agora, o valor é inferior - pouco mais do que 100.000,00€ - em 2018 e depois aumenta para 111,000.00€, mas sempre aquém do que as Grandes Opções do Plano, aprovadas em 2016 para 2017 e diante, previam. Também na conservação permanente da rede viária verifica-se a pretensão de utilizar muita da verba em 2019, nomeadamente no valor de 248,000.00€. Na melhoria da rede viária rural, que foi uma questão que no ano transato levantou muitas divergências (uma vez que o orçamento da autarquia falava na diminuição, porque só tinha 1000€ definidos para o ano de 2017), só se define para o ano de 2018, uma quantia de 75.000,00€.

Por fim, há uma descida também de 35,25% das despesas com o Comércio e Turismo que é uma atividade e uma área fundamental para melhorar, aumentar e incrementar a atratividade do município para o exterior e para que se possam trazer mais pessoas para visitar o concelho de Palmela.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** congratula o departamento que elaborou este documento extenso. Continua referindo que é, efetivamente, um orçamento equilibrado, mas assente num princípio de contabilidade de grande prudência. É certo que a prudência é um princípio contabilístico, mas este orçamento peca por essa grande prudência. Por um lado, porque está presente um novo ciclo económico, por uma melhoria dos principais indicadores e por outro lado porque existem constrangimentos no município, que urgem de solução e que poderiam ter sido contemplados.

Numa macro análise do documento, é perceptível que, em termos de receitas, houve um aumento claro em todas as rubricas. De aumentos, nomeadamente, na rubrica de impostos indirectos (mais de 100,000.00€), em impostos indirectos nas taxas e multas, nas transferências do Estado que também tiveram um aumento significativo, em termos de IRS, das vendas de bens e prestações de serviços. Há um aumento substancial de receitas e não houve, por parte do executivo, uma grande abertura para reflecti-las depois nas Grandes Opções do Plano.

Este princípio de prudência foi levado ao extremo. No que diz respeito às funções sociais que estão nas Grandes Opções de Plano, apenas se assiste a um incremento de 2% relativamente ao orçamento de 2017 e dentro deste aumento de 2%, uma grande parte de verba que já vem deste ano, porque pressupõe candidaturas ao Portugal 2020. Ou seja, são verbas que já estão cabimentadas e que apenas vão ser transferidas de um ano para o outro. Havia a necessidade de se terem sido mais ambiciosos, porque existe muito para fazer nesta área e muito para fazer para o bem da população.

Por outro lado, refere também que dentro do grupo das funções sociais e que representam 71% das Grandes Opções do Plano, 50%, deste 71%, acabam por estar todos contemplados na habitação e serviços colectivos, ficando uma pequena parte apenas na área da educação, saúde

e segurança e ação social. Ainda nesta área, pede-se que o Sr. Presidente esclareça porque é que, na presença de um ambiente favorável para os agentes económicos, há uma diminuição na rubrica de Comércio e Turismo de -35% nas Grandes Opções do Plano para o ano 2018.

As quotas que estão a ser pagas à Associação dos Municípios da Região de Setúbal, que no ano de 2018 vão ascender aos 124,000.00€ e sendo que é um valor que tem aumentado de ano para ano, questiona quais são as contrapartidas no Município de Palmela de pertencer a esta Associação.

Solicita paralelamente, explicações relativas a estas quotas, em termos da Península Digital, que têm que ser pagas durante o ano e, apesar de não estar muito bem explícito no orçamento, quais são essas mais-valias para o município.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** congratula todos os envolvidos na elaboração do documento. Começa por vincar que, no documento constam compromissos eleitorais partilhados com o PS:

1. O IMI familiar;
2. As bolsas de estudo (onde será debatida a possibilidade da verba não se limitar só o pagamento de propinas e ao ensino universitário, contemplando igualmente os níveis profissionalizantes 4º e 5º, assim o ensino secundário).

Realça, como positivo, a introdução de uma verba para os livros de exercícios do 1º ciclo, que embora tenha sido um passo importante, tinha sido mais positivo ter a possibilidade de aprovar no orçamento uma verba que possibilitasse a entrega dos livros ao 7º ano do unificado. Foi uma posição que o PCP teve a nível nacional, na Assembleia da República e, portanto, gostaria que se tivesse considerado a oferta dos manuais escolares aos alunos do 7º ano. O conjunto de manuais escolares custa 260€ por aluno, revelando-se o ano mais caro. Totalizaria 180,960.00€, mas se fosse considerada, por opção da escola, a não aquisição de alguns manuais em disciplinas que, não são tão utilizados (como Educação Física, TIC, Educação Visual e Educação Tecnológica), o valor seria reduzido para 174€ por aluno, totalizando o montante de 121,668.00 €. Seria cumprir um princípio constitucional, defender que o tendencialmente gratuito passe a ser cada vez mais gratuito de facto.

Acrescenta que o cartão do voluntariado pode ser uma ferramenta útil em tornar Palmela numa mais amiga do voluntariado e conseguir atrair mais gente, sobretudo, mais jovens.

Continua, congratulando pela reposição as horas extraordinárias e pelo deslocamento das carreiras na função pública e nos trabalhadores. É possível, a partir do próximo ano, repor com justiça, algo que tinha sido tirado há muito tempo.

Aproveita para saudar, ainda que não acompanhe a filosofia do orçamento, a saúde financeira da autarquia, uma vez que as propostas são feitas com base em números, que por sua vez estão assentes em duas premissas importantes: a premissa social e a premissa financeira.

Em relação à questão do turismo, reforça que é necessário dar um salto qualitativo e procurar novos públicos e turistas para atrair para Palmela e para a Península. Nomeadamente, a Estremadura Espanhola, a Feira Internacional de Madrid, a BTL, onde que há a necessidade de uma presença mais forte, com outra dinâmica, para que exatamente as pessoas percebam que Palmela é também ela diferenciadora no que oferece, no que tem em termos de património natural, histórico, gastronómico, de vinhos, entre outros. Nessa perspectiva, defende que aquele valor que baixou, embora se entenda o motivo, poderia ter sido mantido.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** coloca duas perguntas concretas:

- O plano de igualdade de género foi falado há 4 anos, novamente com perspectiva de mais 2 ou 3 anos e por isso solicita-se o esclarecimento do ponto da situação, para saber se é para concretizar durante este mandato.
- Em que ponto se encontra o projeto educativo local? Qual envolvimento da comunidade escolar?

Termina, referindo que a rede viária é um problema presente no concelho e que merece um plano muito sério de trabalho, uma vez que se tem assistido ultimamente, cada vez mais a acidentes e, acidentes com alguma gravidade. Sugere-se que seja feita uma campanha, justamente com a Proteção Civil, nas escolas, junto das populações, com sinalética própria. Conclui que a bancada do PS irá se abster na votação final.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que é um orçamento rigoroso e realista, com foco nas famílias, no tecido económico local e sobretudo, um orçamento com visão de futuro. É um orçamento que valoriza as pessoas, aposta na melhoria da sua qualidade de vida, reforça a coesão social, fomenta o investimento através de fundos próprios e/ou comunitários, em projetos que são, muitos deles, estruturantes para o território. É um orçamento que promove a regeneração e requalificação urbana. É um orçamento que envolve as Juntas de Freguesia na gestão deste amplo território que é o Concelho de Palmela e é sobretudo, um orçamento que promove a proximidade e valoriza a opinião das pessoas através dos vários mecanismos de auscultação que são desenvolvidos. Este orçamento inspira confiança aos cidadãos, e ilustra a boa saúde financeira da autarquia. Tem escolhas, opções e prioridades muito claras para o desenvolvimento e para a modernização do concelho.

Esclarece que foi cumprido integralmente aquilo que é o estatuto da oposição, perante a exposição do **Sr. Vereador José Calado**. Aponta que é apenas uma desculpa para votar contra; mas que será compreensível visto ainda estar numa fase de aprendizagem, ainda está “no ensino básico” do poder local, faltando-lhe algum tempo para chegar ao “ensino superior”.

O **Sr. Vereador José Calado** [**INTERVENÇÃO INAUDÍVEL**]

O **Sr. Presidente** esclarece que a intervenção do **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** não significava que estava a fazer uma acusação ao grau de instrução, mas era sim, uma metáfora.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que, em resposta **Sr. Vereador Paulo Ribeiro**, no que diz respeito ao Centro Comunitário de Águas de Moura, o que está previsto para 2018, é o lançamento de obra, a fatia maior de investimento será em 2019.

Depois relativamente ao Plano Municipal da Juventude, de facto, poderá não estar plasmado no documento uma verba para a concretização deste importante comando estratégico que irá conter objetivos, naturalmente, de curto médio e longo prazo para o desenvolvimento das políticas de juventude. Mas será feito um pré-diagnóstico desse documento, pelos técnicos da autarquia que têm *know-how* e que estão a fazer *benchmarking* com os poucos municípios neste país que já têm instrumentos desta natureza; e também com a participação das associações juvenis e grupos informais de jovens, sairá certamente um documento mais a enriquecido e capaz de dar a resposta ao que são as expetativas da juventude. Se houver a necessidade de incorporar alguma verba, naturalmente, o executivo analisará essa questão.

Relativamente ao Programa Municipal de Voluntariado, confirma-se que está a ser realizado trabalho na matriz, na conceção deste programa que permitirá estimular a participação em diversas áreas e setores de atividade do município, por parte dos cidadãos; mas não existe, de momento, necessidade para ter no orçamento uma verba para este efeito.

Em resposta à intervenção feita pelo PS relativamente à alegada diminuição de investimento no turismo, corrige que não se verifica essa diminuição, porque quando se fala em investimento no centro histórico de Palmela, na cultura, no desporto, no ambiente, na natureza, está também a ser feito um investimento no turismo. Teria sido interessante ter ouvido falar no crescimento deste setor. O ano de 2016 foi o melhor de sempre, em termos turísticos, no Concelho de Palmela. Contabilizou-se o maior número de dormidas (98000 dormidas) mas, para além das dormidas, aumentou o tempo médio de estadia, aumentaram as receitas no setor, aumentaram as empresas a trabalhar neste concelho neste setor. Não basta promover, se não houver a oferta que corresponde àquilo que são as expetativas de quem visita.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere, em resposta ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, que o orçamento inicial de 2017 tinha cotação acima daquilo que era necessário e na 2ª revisão da correção veio permitir corrigir. Não pondo em causa a alteração do posicionamento remuneratório, portanto, a posição das carreiras que estão abrangidas, estão presentes 103,360.00€ para essa despesa que está prevista e que já atempadamente foi apresentada. As horas extraordinárias ainda não vão ser na totalidade, mas também estará contemplado.

Em relação ao pavilhão da Escola Secundária de Palmela, dentro de dias, o Sr. Presidente irá ter uma reunião com a Sr.ª Secretária de Estado Adjunta da Educação sobre esta matéria. Será do interesse da autarquia avançar desde que, naturalmente, o Ministério da Educação cumpra as suas obrigações e desde que a comunidade, através do movimento associativo, possa utilizar

esse pavilhão. Há mais que uma modalidade de propostas que estão em poder da tutela e cuja resposta se aguarda, por um ou outro dos cenários.

Na conservação permanente da rede viária, estão previstos serem utilizados 124.000,00€ mil euros, em 2018, sendo que obras recentes têm aliviado algumas das necessidades que até agora existiam de manutenção da rede viária.

Em resposta à **Sra. Vereadora Mara Rebelo**, informa que está previsto atingir os 4,5 milhões de euros, demonstrando um aumento de 27,7% em relação a 2007. Foi feita uma requalificação quase completa de todo o parque escolar e, no que diz respeito às novas competências espera-se que seja feito um conjunto de obras, de relevante importância, para concluir, em relação à questão de educação, aí no que diz respeito a obras.

Em resposta ao **Sr. Vereador Raul Cristovão** esclarece que o Projeto Educativo Local tem com certeza como ponto de partida as escolas, mas não se esgota as escolas, mas sim na própria comunidade. É um processo em construção, mas que conta muito com a escola. Dá como exemplo o programa de combate ao insucesso escolar, que é um dos caminhos de importância na articulação com a escola e da escola voltada para a comunidade, de forma a impulsionar toda esta dinâmica educativa e educadora.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que foram desagradáveis as palavras que ouviu do Sr. Vereador Luís Miguel Calha, alegando que não estão todos licenciados e que as suas habilitações são as mesmas que o secretário-geral do Partido Socialista. E que as habilitações, embora não sejam de licenciatura, da Universidade, são habilitações suficientes para desenvolver o trabalho proposto. Termina alegando que as considerações feitas pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha não têm razão de ser e solicita que o mesmo se abstenha desse tipo de comentários.

O **Sr. Presidente** pede, para que o Sr. Vereador José Calado não interprete dessa forma. Interpreta a questão colocada da forma metafórica, uma vez que se encontra em fase de aprendizagem. Defende que não houve qualquer alusão às habilitações académicas de ninguém objectivamente. O Sr. Presidente refere que não julga as pessoas pelas habilitações académicas, preferindo muito mais a honestidade, a capacidade de trabalho e a ética.

Lamenta que o Sr. Vereador José Calado tenha usado um motivo falacioso para votar contra o orçamento, uma vez que o procedimento e o método de trabalho para a discussão com a oposição deste orçamento sempre foi o mesmo, desde que existe lei de direito de oposição. O Sr. Presidente é da opinião de que o Sr. Vereador José Calado deveria ter exposto as preocupações do seu movimento e questionado onde essas questões estariam presentes no orçamento. Acrescenta que com essa atitude o Sr. Vereador José Calado está contra obras estratégicas para o concelho.

No âmbito da lei de direito de oposição, são apresentados os grandes números, são apresentados as grandes rubricas e alguns exemplos de obras estratégicas e, existem 48 horas disponíveis para que se faça chegar alguma questão. Considera que foi um mau começo e uma atitude desprestigiante votar contra o orçamento.

Em resposta à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, esclarece que não há qualquer contradição no enquadramento económico-financeiro feito na proposta. A ponderação, a cautela continuam a ser indispensáveis, porque, de facto, ninguém pode fazer conta com projeções e muito menos com receitas virtuais. A bancada da oposição não pode esquecer que o valor da receita é a receita máxima que o POCAL, permite colocar. Por isso é que, quando se fizer a revisão em Abril, será feito um orçamento como novo, porque é naturalmente com o saldo de gerência, porque é naturalmente com a definição de um conjunto de programas e concursos e valores de obras. Dá o exemplo do Largo José Maria dos Santos, em que apenas constam 8,000.00€ para pagar o projeto, porque já foi adjudicado e já há dinheiro gasto em 2017. Esta informação consta na conta de gerência. Mas quando o projecto for definitivo, aprovado com as opções técnicas todas definidas e políticas é que se saberá o real valor da obra. O município tem saúde financeira, mas a saúde não se esbanja. A saúde financeira não foi conseguida às custa das propostas do PSD/CDS-PP, porque se assim fosse, teria hoje dificuldades para cumprir os seus objectivos. Existe saúde financeira invejável, mas no contexto das autarquias.

A oposição entra em contradição por querer devolver receita, que é imprescindível para as autarquias cumprirem as suas atribuições e competências. O que os cidadãos e cidadãs querem, é que esse dinheiro seja bem utilizado, não querem que se fique sem recursos para investir e para lhes prestar serviços e, portanto, não se pode devolver o dinheiro que faz falta para investir. Pode-se sim dar alguns incentivos e atenuar a algumas assimetrias, dando alguns sinais, como foi feito este ano com uma redução de IMI que continua a ser paulatina. Foi concertada, este ano, a situação da questão do IMI familiar, porque já no mandato anterior, foi dito que a questão do IMI familiar só seria utilizada se não se fosse mais longe na redução para todos; apesar de algumas objeções, uma vez que o IMI familiar não beneficia todas as pessoas. No próximo ano decidir-se-á, mediante o comportamento da receita.

No que diz respeito às despesas de pessoal, clarifica que esta desce 0,5% mas relativamente ao orçamento inicial de 2017. O orçamento contempla contratações, alguns concursos que foram acomodados no orçamento de 2017, não menosprezando a questão do descongelamento. O orçamento inicial deste ano, apesar de descer 0,5% em relação ao de 2017, prevê o descongelamento, prevê todas estas questões das carreiras. Quanto às horas extraordinárias, será feito um esforço para não recorrer de qualquer maneira a esse processo de trabalho. Se há mais atividade, se há mais eventos, se há mais gente a trabalhar ao fim de semana para responder a um conjunto de solicitações da comunidade, é óbvio que vai ter que haver mais horas extraordinárias. Esta questão das horas vai colocar-se em abril sob pena depois de meio

do ano não haver cabimento para responder, sobretudo quando é mais necessário, que é quando começam os eventos a partir de abril/ maio, nas festividades de Verão ou até na substituição de trabalhadores e no reforço do trabalho ao sábado, na limpeza na rede viária, no conjunto de emergência. Há questões que não é possível prever com tanto rigor, porque de um momento para o outro, é necessário acionar o trabalho de uma brigada.

O Pavilhão da Secundária não tem que ter em rubrica aberta, pois quem tem que dar o sinal é o Ministério da Educação. Não se podem assumir promessas e compromissos que são da responsabilidade do Estado. No Congresso da Associação Nacional de Municípios foi feita a distinção entre Estado e autarquias locais, pois não há Estado grande e Estado pequeno, há competências, atribuições e responsabilidades e a lei diz o que é que cada um faz. A Associação Nacional de Municípios, por exemplo, é contra a comparticipação dos municípios nesse tipo de obras, recomendando que os Municípios não financiem esse tipo de obras. Mas, naturalmente, os municípios decidem, em função do contexto específico dos seus territórios, em função de oportunidades e até de financiamentos comunitários. Se o Governo tem um plano de reabilitação de escolas secundárias (curiosamente são todas a sul do Tejo), se até vai buscar fundos comunitários para isto, seja fazendo diretamente, seja fazendo com a Parque escolar; então, o Governo que assuma a responsabilidade. O executivo reitera que está disponível para ir mais longe na percentagem negociada, numa primeira fase e que quem está em falta com a resposta, é o Governo. Existe uma reunião marcada para dia 21 de dezembro, com a Sra. Secretária de Estado.

A questão das Águas, resvalou porque as receitas não chegam. Não pode continuar a haver a lógica liberal que a oposição defende, que as remodelações e os prolongamentos têm que ser só em zonas onde dê lucro e onde haja muitos clientes e muitas pessoas ligadas, porque essa é a lógica que não favorece quem mais precisa. Esta é a questão, é que quem define estas políticas são os governos que fazem estes avisos, que negociam mal com a União Europeia, têm uma perspetiva liberal da água ao ponto de quererem aumentar o IVA, na União Europeia sobre a água. Quando o financiamento e o apoio ser para as zonas de maior dispersão geográfica, porque senão existirá sempre um país a várias velocidades. Apesar de pertencer à Área Metropolitana de Lisboa, o Concelho de Palmela é o mais extenso.

A recolha porta-a-porta não tem que ter verba neste momento. O que a recolha porta-a-porta tem que ter é a solução da responsabilidade por parte da AMARSUL que tem esse projeto negociado com os municípios, que começou no Seixal ainda a título experimental, e que tinha o compromisso de começar com Palmela em 2017, tendo sido adiado para os anos seguintes. O município sinalizou três zonas piloto: Portais da Arrábida, Vila Serena, Monte Novo e Padre Nabeto. E existe também o centro histórico de Palmela. A recolha porta-a-porta tem recolha selectiva, tem a recolha dos resíduos sólidos, tem dias, equipamento específico e tem custos. Esses custos vão ter que ser cofinanciados e no PERSUR, uma vez que há metas a atingir em matéria de reciclagem. Portanto, é normal que haja nos objetivos estratégicos de trabalho da

autarquia questões que não tenham reflexo financeiro direto, mas o trabalho está a ser feito por técnicos. Não se podem esquecer que há estes custos indiretos e há este investimento por parte dos trabalhadores da autarquia.

O Plano Municipal de Juventude não tem que ter uma rubrica com expressão financeira, uma vez que é transversal a está distribuído pelo orçamento municipal. Os jovens no Verão, o alargamento da oferta das férias culturais, o conjunto de outras políticas estão lá. O plano é o conjunto das acções. É mais importante investir nas dinâmicas associativas que os jovens queiram realizar, no âmbito de várias atividades que vão do desporto à cultura, o património e as férias aos tempos livres, a saúde ao voluntariado, do que pagar um plano a um prestador de serviços. Recorda que houve várias sessões sobre o Projeto Educativo Local ao longo do último mandato. O Projeto Educativo Local é um documento dinâmico, enriquecido na interação com a comunidade; baseia-se muito nos recursos que a comunidade disponibiliza, daí a criação do caderno de recursos educativos. Apesar de não ter sido investimento num livro físico, deveria ser considerado o trabalho de 6 anos neste projeto educativo local com o concurso de dezenas de técnicos com o contributo de investigadores universitários, com sessões de *coworking*, com ateliers, debates, fóruns sobre esta matéria - isso é que produz o projecto. O projecto é a súmula da reflexão e dos contributos dos vários intervenientes da comunidade educativa e da comunidade escolar, que são coisas distintas e que se complementam.

O programa de habitação jovem integra incentivos ao arrendamento, acabados de aprovar até em sede de IMI, mas também há balcão de atendimento, também há encaminhamento no âmbito dos serviços de juventude. No que diz respeito às reduções de conservação permanente e viação rural, essas rubricas nos anos anteriores tinham em média 100,000.00€. São umas para adjudicações de serviços, outras para aquisição de materiais; aumentando e baixando em função dos anos em que se gasta mais ou em que se gasta menos.

O **Sr. Presidente** apela para que não se faça mistificação pelo facto de não estar um valor atribuído. Acrescenta que em relação ao turismo, é necessário continuar a entender o investimento no turismo como transversal, pois quando o património cultural está a ser recuperado, é um investimento no turismo, quando é realizada a reabilitação do centro histórico de Palmela, está a ser feito o investimento no turismo; quando é feita uma intervenção no paisagismo e no turismo da natureza, está a ser feito investimento na atratividade da visitação. Esse investimento afinal não está na rubrica turismo, mas está noutras rubricas. Também se cria atividade turística com publicidade, com medidas que não têm expressão orçamental, mas que vão ter uma expressão negativa na receita. Haverá a oportunidade, em 2018, de aprovar revisões à tabela taxas para ter incentivos para a construção de novas unidades hoteleiras no concelho de Palmela, com reduções de taxas de 50% porque o crescimento está relacionado com quantidade de alojamento. Estas questões estratégicas não se resumem a rubrica da unidade orgânica, ou à rubrica orçamental que o POCAL define.

Em resposta à Sra. Vereadora Mara Rebelo, lamenta que o preconceito por parte do PS acerca da AMRS ainda não esteja esclarecido. Se há um eventual aumento, ele decorre dos estatutos e da lei do orçamento do Estado porque é uma percentagem daquilo se recebe. Esclarece igualmente que não tem havido aumentos, pelo contrário, houve redução na medida em que aquilo era pago para a AMRS há uns anos, passou a integrar naquilo que agora é pago, a comparticipação para a Assembleia Distrital e o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal. E foi uma decisão governamental que extinguiu os arquivos distritais e os museus distritais. E isto naturalmente é distribuído pelos municípios do distrito na AMR de Setúbal. Não houve objectivamente um aumento, o que houve foi a integração do museu, recordando que a Associação de Municípios da Região de Setúbal fez formação, tem a candidatura da reserva da Biosfera, acabou de recuperar um convento tem a Quinta de São Paulo, a Quinta Pedagógica, a Agenda do Professor, os estudos e as publicações sobre as bibliotecas públicas; vale a pena conhecer o plano de atividades e o orçamento da AMRS e perceber o conjunto de serviços que são prestados aos municípios e onde se têm registado curiosamente elogios prestados, por exemplo, pelo município do Montijo. Portanto, até na atual conjuntura com autarcas socialistas nos órgãos sociais da AMRS, convém perceber e fazer a análise do que é que objetivamente é aprovado, porque continua a ser aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente faz um desafio, para toda a vereação ir um dia visitar a Quinta de São Paulo, fazer lá fazer uma reunião preparatória e ver os recursos que estão ao serviço dos municípios.

Em resposta ao Sr. Vereador Raul Cristovão, remete que tem havido sintonia em algumas medidas que CDU tinha no seu programa eleitoral, embora com contornos diferentes. No entanto, o PS ter-se-á precipitado e cometido um erro ao adicionar na discussão, na política local os livros do 5º e 6º ano, porque é um facto que o PCP defende isso, defende esse princípio constitucional da gratuidade e por isso que apresentou na Assembleia da República, uma proposta, para que já até no ano letivo de 2018/2019 houvessem manuais gratuitos até ao 9º ano. E no âmbito da negociação entre que o Governo Socialista e o Partido Comunista Português, foi possível integrar já, esta expectativa do 5º e 6º ano. Esta foi uma promessa eleitoral desnecessária, porque isto compete ao Ministério da Educação, o que fica para as autarquias são as outras ações. Compete ao Estado Central, investir nisso e por é importante que a autarquia vá onde o Estado central não vai. Ainda não sendo uma obrigação da autarquia, entende-se que as fichas fazem parte de um conjunto de apoios complementares e aí vale a pena ir além da lei.

No que diz respeito ao Plano Municipal de Igualdade de Género, responde que há trabalho feito, há ações de formação feitas, há reflexão feita e há um protocolo com a SIT. Esse processo já foi retomado e o plano está a ser construído, dos práticos reflexivos, para a conceptualização. A autarquia tem trabalhado com a comunidade educativa, há previsão de trabalhar com empresas; o progresso é sensível mas o plano só existe se existir para o Concelho de Palmela todo. Tem que ser revolucionário o funcionamento de associações

culturais, desportivas e recreativas, onde existe um ambiente maioritariamente masculino, muito pouco permeável a outras visões. Tal ficará, garantidamente, pronto, antes do meio do mandato.

Quanto ao Plano Educativo Local, há trabalho, só resta reflectir sobre a questão de publicar ou não publicar.

No que concerne a rede viária, neste mandato, foram asfaltados 30 novos arruamentos e foram repavimentados mais de duas dezenas de quilómetros. Palmela tem a maior rede viária municipal da Área Metropolitana de Lisboa, sem referir os centros urbanos. O plano que existe, em primeira instância, deve começar, segundo os especialistas, pela conservação do existente. Só para conservar a estrada municipal 533-1, seria absorvido praticamente o orçamento municipal durante os próximos anos. Refere que há uns anos, costumava ser questionado por um vereador do PS, que vinha com os dados do Governo Civil e que dava a indicação que Palmela tinha muitos acidentes, comparativamente com outros concelhos. É bom reflectir nisso e continuar com a preocupação de ir fazendo a conservação, melhorar as bermas, fazer o seu alargamento, limpar as bermas, ou seja, conservar os troços que são piores e depois também ir pavimentando caminhos. O Sr. Presidente chama a atenção para a necessidade de não se fazer leitura da rubrica de viação rural, porque há o objetivo de melhorar a rede viária rural, o que não está relacionado com reparações ou pavimentações portanto, não pode ter expressão financeira.

A autarquia encontra-se empenhada também com a consciência crítica e a participação e os contributos das senhoras e senhores vereadores da oposição em fazer mais e melhor, mas não se pode é querer fazer mais e melhor retirando a receita que permite o conjunto de obras e respostas sociais importantes. Neste momento de partida, o orçamento é muito cauteloso, mas em abril, em função dos projetos, dos custos objetivos de novas candidaturas, há um conjunto de outras obras que vão surgir com uma outra expressão. Neste momento, como só é possível estimar a receita dos últimos 24 meses, nos impostos diretos e da venda de serviços nos últimos 36 meses, e é essa a regra do POCAL, é lançado o orçamento ordinário (como os técnicos chamam) de 40,2 que vai a 49, mas que se estima que em Abril se chegue aos 56 por via a inclusão do saldo de gerência, por via da inclusão de novas comparticipações de novos projetos cofinanciados, e quiçá, do novo empréstimo. Este tem que ser um caminho gradativo, de passos seguros para que haja sustentabilidade.

Continua a haver espaço para as respostas diversificadas na rede, contemplando todas as ofertas que existem no território e, por isso, quando há investimentos em edifícios, obras conservação, ampliações, requalificações, apoios socioeducativos, apoios sociais, transporte alimentação na ordem dos 5 milhões, é significativo. Foram abordadas três verbas distintas, nomeadamente para investimento (2,000,000.00€) e apoios educativos (cerca de

3.000.000,00€), mas também têm que ser considerados os chamados custos indiretos que estão no funcionamento da estrutura, tudo isso está neste volume dos 5 milhões.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que, a propósito do episódio do Sr. Vereador Luís Miguel Calha, não foram postas em causa as habilitações literárias. No entanto foi dado a entender que uma pessoa que chega agora e que está a dar os primeiros passos, parece que de alguma forma, perde o direito a fazer oposição. O que é muito mais grave e que é recorrente e, que já no mandato anterior se passou com algumas situações.

O grosso das explicações foi dado e é era isso que se pretendia. Quando foi mencionado o Centro Comunitário da Águas de Moura, referiu-se que o grosso do investimento da obra será em 2019 (daí a diferença entre 2018 e 2019 nas GOP), o problema é que já em 2017 se disse isso. Isto é recorrente, existindo obras desde o início do mandato anterior, que servem de pretexto o grande reforço de investimento. É necessário comparar o orçamento inicial, agora com o que o orçamento inicial de há um ano, porque quando se fez o orçamento inicial para 2017, o nível de informação é semelhante ao nível de informação da perspetiva que se tem para o ano.

O **Sr. Vereador José Calado** pede desculpa aos representantes do CDS pela referência feita aquando a sua intervenção anterior.

O **Sr. Presidente** agradece os pedidos de esclarecimento do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. No entanto, aceita que, no âmbito do debate político, há interferências, conclusões, asserções com as quais não se chega a acordo, mas isso é normal também no debate político.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que não concorda com o Sr. Vereador Paulo Ribeiro pois nunca questionou o direito a opinar. A única coisa questionada, de forma metafórica foi a forma como o Sr. Vereador José Calado referiu que ia votar contra, sem qualquer justificação.

O **Sr. Presidente** refere ainda uma nota sobre os investimentos que vão sendo reprogramados, que há um conjunto de investimentos cujas candidaturas só foram aprovadas recentemente. Para a autarquia poder concorrer tem que ter as verbas nas rubricas, portanto, é normal que se coloque no plano; estejam elas na totalidade ou a definir, estejam elas apenas num ano, demorando elas 2 anos a fazer. Só quando a candidatura é aprovada, só quando os projetos existem e o procedimento é lançado, é que há noção exata do tempo de duração das obras. Portanto, sobre o Centro Comunitário de Águas de Moura, vai ser feito quando o projeto estiver terminado. No início de 2018 será lançada a empreitada, mas é normal que o pagamento se prolongue até 2019. Recorda que foi contraído um empréstimo onde também está esse equipamento e o empréstimo é para utilizar até agosto de 2019, precisamente, porque não se conseguem fazer as obras todas dos fundos comunitários e outras que estão a ser feitas num ano ou dois.

Esta é uma matéria que tem, naturalmente, um grau de previsão com alguma fiabilidade, decorrente de prazos, de dados, de candidaturas; mas depois tem também, alguns acidentes de percurso. Há um conjunto de fatores que, por vezes, provocam esta reprogramação das obras e, não há qualquer tacticismo político.

O **Sr. Presidente** acredita que este é um excelente orçamento, um plano de trabalho que ainda vai ser enriquecido, porque há um conjunto de matérias que estão a ser estudadas e preparadas e, que só serão vertidas para o Plano, quando houver a avaliação técnica e financeira das mesmas, mas que vai provocar investimentos e execuções muito elevadas em termos de investimentos no território, já a partir de 2018 e até 2020.

Submetida a votação a proposta de Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021, numerada DADO 01_24-17, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra dos Srs. Vereadores Paulo Ribeiro e José Calado, e a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço e Mara Rebelo. Aprovado em minuta.

O Sr. Vereador Paulo Ribeiro apresenta declaração de voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. VEREADOR PAULO RIBEIRO:

"1. Este orçamento não corresponde à visão que temos da gestão autárquica, nem as opções que tomaríamos se fôssemos maioria.

2. É um orçamento pouco amigo dos contribuintes:

- a) Não abdica novamente da totalidade da participação variável no IRS. A descida desta percentagem que cabe aos municípios, proposta pela coligação PSD/CDS, no seu programa eleitoral e traduzida em propostas para 2015, para 2016, para 2017 e agora para 2018 não teria grande impacto na receita do orçamento municipal que, alias, seria sempre compensado pelo crescimento da economia e do emprego. Seria uma prova inequívoca de que as pessoas estão primeiro e que cabe também ao poder local, a solidariedade com os seus munícipes. Dissemos isto no passado e, ao contrário de outros, continuamos a pensar assim no presente.
- b) Apesar de ter sido possível introduzir o IMI familiar, depois de uma resistência inexplicável durante 3 anos, são pouco ambiciosos na redução da taxa de IMI, não aprovando uma redução mais efetiva da taxa, nem avalizando uma estratégia que permite que no final do mandato tenhamos uma taxa de IMI igual à taxa média nacional (0,35).
- c) Não aposta numa estratégia de desagravamento fiscal suscetível de atrair pessoas para o seu território, melhorar a capacidade de investimento e de consumo dos que aqui vivem.

3. As rubricas com crescimentos mais significativos nas Grandes Opções do Plano, como a Saúde, Cultura, Habitação e Urbanismo e Proteção do Ambiente resultam da construção do Centro de Saúde do Pinhal Novo, recuperação da Ribeira da Salgueirinha, consolidação das encostas do Castelo e do edifício dos Paços do Concelho que já eram prometidos em 2016 e 2017 e, na sua maioria, resultam de investimentos suportados pela administração central.
4. Entre os problemas que mais preocupam os nossos munícipes encontram-se as condições da rede viária, a limpeza e a higiene urbana, que são funções essenciais para o dia-a-dia dos nossos concidadãos. 2018, ainda não vai ser o ano que fará destas funções o centro da atividade municipal, dando-lhe, mais uma vez verbas incipientes que não resolvem os problemas com que um concelho da dimensão de Palmela se vê confrontado. Agora, dizem-nos que o investimento mais robusto será em 2019 e 2020. Assinalamos também a diminuição das verbas atribuídas ao comércio e turismo, que descem 35% face ao 2017.
5. Em suma, este é mais um orçamento que adia o que é importante, que promove o imobilismo e com pouca vontade de mudar o paradigma de desenvolvimento do concelho.”

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação.

Requerente: Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano e Arredores – ARPIBA. Proc.º E-669/09. Local: Bairro Alentejano – Quinta do Anjo. Requerimento n.º 5433/2017.

PROPOSTA N.º DAU 01_24-17:

«A Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano - ARPIBA, na qualidade de titular do processo de obra E-669/09, referente ao pedido de licenciamento de edifício destinado a apoio social em tramitação na Divisão de Administração Urbanística, solicitou a isenção do pagamento das respetivas taxas urbanísticas.

De acordo com o disposto no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, nomeadamente na alínea b) do nº 2 do artº 9º, na redação em vigor, que resulta da alteração publicada em Diário da República de 17 de fevereiro de 2016, estão isentas do pagamento de taxas as associações culturais, desportivas, recreativas, instituições particulares de solidariedade social ou outras legalmente constituídas, que na área do município, prossigam fins de relevante interesse público.

Neste contexto e visando esta disposição a prestação do necessário apoio e incentivo às entidades que desempenham no nosso território um importante papel nas respostas às

necessidades e aos problemas das populações, não pode deixar de depender dum escrutínio exigente e rigoroso da atividade e fins que são prosseguidos por cada instituição, do seu impacto no território e nos cidadãos, que permita distinguir esse sobrelevado papel e fundamentar devidamente o reconhecimento do relevante interesse público, obviando a desvalorização e generalização insustentável duma medida que comporta diminuição de receitas para o Município, essenciais ao financiamento do esforço de realização e manutenção de infraestruturas públicas.

O objeto social, a caracterização da instituição e da atividade desenvolvida, foram apreciadas pelo Departamento de Educação e Intervenção Social, tendo essa apreciação culminado no entendimento de que a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano - ARPIBA tem relevante interesse público para o Concelho de Palmela.

Perante o exposto e nos termos da alínea c) do nº 1 do artº 25º e da alínea ccc) do nº 1 do artº 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do artº 11º e do nº 2 do artº 16º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, do artº 3º do Decreto-lei nº 555/99, de 16 dezembro, alterado pelo Decreto-lei nº 136/2014, de 9 de setembro, visando a atribuição de isenção prevista na alínea b) do nº 2 do artº 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, **propõe-se** o reconhecimento pela Câmara Municipal de Palmela relativamente ao fim de relevante interesse público que a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano e Arredores - ARPIBA prossegue na área do Município, sujeitando esse reconhecimento à competente deliberação da Assembleia Municipal.»

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** esclarece que no final as Taxas a isentar são no valor de 6.764,75 euros.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Mapa de Pessoal para o ano de 2018.

PROPOSTA N.º DADO_DRH 01_24-17:

«No âmbito do planeamento e gestão integrada de recursos humanos, preconizados pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) – aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Lei nº 25/21017, de 30/5 –, em articulação com o Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, o mapa de pessoal é um instrumento previsional, com vigência temporal anual, que representa e incorpora a previsão dos postos de trabalho considerados necessários ao cumprimento/prossecação dos objetivos da organização e ao desenvolvimento das atividades municipais, atentas as respetivas atribuições e competências, numa ótica de valorização da eficácia e eficiência, contribuindo para uma cultura organizacional orientada para a prestação de um serviço público de qualidade.

O mapa de pessoal constitui, assim, um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, o qual nos termos da LTFP deverá ser aprovado anualmente simultaneamente com a proposta de orçamento municipal para vigorar no ano seguinte (cfr. nº 3 e 4 do art.º 28º).

A proposta de mapa de pessoal para 2018 inclui um total de 998 postos de trabalho, dos quais 888 estão ocupados e 97 vagos, alguns destes (53) destinados a salvaguardar situações nas categorias de origem de trabalhadoras/res que se encontram, designadamente, em regime de mobilidade intercarreiras/intercategorias, regime de comissão de serviço em cargos dirigentes, períodos experimentais e mobilidades na categoria em outras entidades.

Os postos efetivamente vagos em conjugação com os 15 postos de trabalho a criar, visam fazer face a necessidades prementes de recrutamento no âmbito de procedimentos concursais, alguns deles a tramitar, ou com recurso ao instrumento da mobilidade na categoria com o objetivo de suprir necessidades permanentes de serviço. A proposta de mapa de pessoal consagra, ainda, a extinção de 2 postos de trabalho efetivamente desocupados na carreira técnica superior.

Salienta-se que, durante o ano de 2017, no âmbito dos diversos serviços municipais, se efetivou a mobilidade interna na categoria de 19 trabalhadoras/es entre os diversos serviços municipais, bem como 4 mobilidades intercategorias (coordenadora técnica e encarregada/o operacional), as quais, precedidas da concordância das/os respetivas/os trabalhadoras/res, tiveram subjacente razões de conveniência para o interesse público e permitiram adequar as competências às exigências funcionais dos diversos postos de trabalho, contribuindo para o incremento da eficácia e eficiência e consequentemente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, potenciando a elevação da motivação das/os trabalhadoras/res.

Sublinha-se que o recurso ao mecanismo de mobilidade na categoria tem constituído, nesta autarquia, um importante instrumento de política de racionalização e otimização de recursos humanos, permitindo atenuar as significativas carências ao nível de qualificação profissional, decorrentes das sucessivas e abruptas saídas de pessoal, nomeadamente por via da aposentação, mas também através da mobilidade para outros serviços públicos.

Realça-se que a restrição legal ao nível da contratação da despesa com pessoal tem inibido a promoção da ajustada renovação de pessoal, fator que tem contribuído para o agravamento do défice de recursos humanos com prevalência nas áreas operacionais e técnicas.

Foram ouvidas as organizações representativas das/os trabalhadoras/es.

Face ao exposto, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Declarações de Retificação n.ºs. 46-C/2013, de 01 de novembro e 50-A/2013, de 11 de novembro, delibere propor à Assembleia Municipal de Palmela que nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 25º da referida Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a) do n.º 2 do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no art.º 29º da LTFP, delibere aprovar o mapa de pessoal para o ano 2018, em anexo.»

Sobre a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2018 numerada DADO_DRH 01_24-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que no total de 998 postos de trabalho, há 838 postos que estão preenchidos, 97 postos vagos, 15 postos a criar e 2 postos a extinguir dos técnicos superiores de Arquitectura. Comparando com 2017, há mais 12 postos que os previstos no mapa de 2017. Sobre a natureza dos vínculos, salienta que todos os trabalhos expostos, revestem a natureza do vínculo de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, não há contratos a termo. Portanto, não há nenhum trabalhador em regime de contratação a termo certo ou termo incerto.

Também podem acrescer, mediante recurso à reserva de recrutamento de trabalhadores constituído no âmbito de procedimentos concursais durante os 18 meses após a homologação da lista unitária. Poderá também justificar-se a abertura de outros procedimentos concursais, do regime de intercomunicabilidade intercarreiras e intercategorias. Alcança-se ainda a possibilidade de admissão de trabalhadores pertencentes a outros serviços públicos.

Também dá nota que, durante o ano de 2017 foram promovidas 4 mobilidades intercarreiras e intercategorias. Quanto ao fluxo de entrada de trabalhadores também é importante saber que, saíram 36 trabalhadores em 2017 e entraram 28 trabalhadores em 2017; maior parte deles naturalmente para questões da apresentação, mas também se deram 12 saídas e 10 entradas de mobilidade na categoria, licenças sem remuneração e, infelizmente, também dois casos de falecimento.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que dado se verificar falta em algumas áreas de assistentes operacionais e técnicos superiores, é visível um desequilíbrio em alguns sectores, divisões e departamentos que parecem, apresentar mais falhas do que outros. Esse desequilíbrio operacional, afeta a operacionalidade desses mesmos setores e, portanto, nessa

perspetiva também, porque é um problema de organização dos próprios recursos humanos no interior da organização da Câmara Municipal, a votação será de abstenção.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que na prática, em termos líquidos, a criação de postos de trabalho são 13. O grosso dos técnicos superiores por exemplo, a criar, são muito nas áreas sociais. Face ao Gabinete de Participação Cidadã, que é um gabinete importante, naturalmente, mas que tem um total de previsão de 6 pessoas (está preenchido em 5 e ainda se pretende criar mais um), o Departamento de Ambiente tem um total de 5, com um ocupado e um vago. Não menosprezando a importância, é importante salientar que o Ambiente representa um peso relativo numa autarquia com a extensão Palmela.

Perante a execução de um Portugal 2020, com uma série de candidaturas a fazerem-se, se calhar, faria mais sentido apostar mais em áreas como a económico-financeira, a gestão de empresas, a economia.

O **Sr. Vereador José Calado** questiona se existe uma reorganização no sentido de eliminar o atraso de licenciamento do Urbanismo.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que os serviços foram auscultados em relação a toda esta matéria que vem no mapa de pessoal e que sendo um documento provisional poderá haver alterações eventualmente no futuro, conforme seja a dinâmica neste ou naquele sector.

Em relação ao Gabinete do Ambiente, informa que é um gabinete transversal que pode também trabalhar sem os seus próprios recursos. Não há nenhuma retirada de trabalhadores do gabinete do Ambiente.

Em relação ao Gabinete de Participação Cidadã, também poderá suprir uma mudança que houve, portanto, em relação ao técnico que estava a dirigir este gabinete e que hoje é o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Anjo.

O **Sr. Presidente** refere que não parecem justas algumas análises feitas com base na pura apreciação aritmética do número e das formações respetivas, de acordo com as áreas. Porque, em primeiro lugar, aquilo que é proposto decorre da auscultação que foi feita aos serviços.

As áreas das Ciências Sociais são naturalmente muito requeridas, sendo que a Divisão de Educação e Intervenção Social precisa de muitos mais técnicos, para dar resposta à sua missão. Isto não pode ser comparado divisão a divisão, porque há divisões que fazem trabalho eminentemente técnico, logo, não se pode indagar sobre o número de técnicos superiores, uma vez que as funções e a missão, são diferentes.

Pelo facto de haver preocupações ambientais não é necessário que a câmara tenha 20 engenheiros ambientais, até porque grande parte das opções estratégicas nas áreas ambientais, até dispensam engenheiros na área do Ambiente, podem ter pessoas com outras formações. É preciso é haver capacidade para recrutar, promover mobilidade internas e também algumas interserviços.

No que diz respeito ao Gabinete de Participação e Cidadania, é um gabinete técnico, naturalmente com um técnico superior que trabalha com as crianças do “Eu Participo”, mas que não chega, sendo necessária mais uma pessoa. É humanamente impossível acompanhar os projetos todos.

Uma leitura apriorística e precipitada de alguns dados conduz à distorção da análise. E algumas mobilidades com algumas qualificações estão relacionadas com a possibilidade de recorrer à bolsa de emprego público e das mobilidades interserviços.

Conclui que o município, neste momento, com a dimensão do território e com o conjunto de actividades, necessita de reforço de pessoal em todas as áreas. Este mapa de pessoal é realista e tem que estar adequado à capacidade financeira do município. Há a necessidade de monitorizar permanentemente estas necessidades. Este instrumento, embora sendo anual, não deixará de sofrer algumas dinâmicas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço, Mara Rebelo e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Instrumentos de Gestão Previsional para 2018 da Palmela Desporto – sentido de voto do Município.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_24-17:

«Os Estatutos da Palmela Desporto, E.M., determinam a vinculação do voto do representante da Câmara Municipal na assembleia-geral da empresa, à decisão que este órgão delibere sobre os planos de actividades anuais e plurianuais, bem como os orçamentos anuais, daquela entidade.

Considerando que:

- O Conselho de Gestão da empresa municipal apresenta uma proposta de Instrumentos de Gestão Previsional que reflete as orientações definidas pela Câmara Municipal, bem como na melhoria e diversificação dos serviços prestados;
- O Plano de Actividades da empresa assenta em três objetivos: Promoção do Desenvolvimento Desportivo, Qualidade das Condições da Prática e Desenvolvimento Organizacional, sendo-lhes destinados € 509.946,00 (quinhentos e nove mil, novecentos e quarenta e seis euros);

- No que se refere ao orçamento, prevê a empresa a obtenção de € 1.511.837,00 (um milhão, quinhentos e onze mil, oitocentos e trinta e sete euros) de rendimentos e ganhos e um total de 1.503.836,00 (um milhão, quinhentos e três mil, oitocentos e trinta e seis euros) de gastos e perdas, que resulta num resultado líquido previsto de € 8.001,00 (oito mil e um euros);
- O Plano Plurianual de Investimento apresentado pela empresa para 2018/2021 prevê um gasto em 2018, de € 83.000,00 (oitenta e três mil euros), dos quais cerca de 28% estão relacionados com redução dos custos energéticos. Merece igualmente destaque, o investimento em equipamentos para o Centro de Exercício e Saúde, contribuindo para uma qualificação do serviço prestado aos utentes.
- Os documentos apresentados foram analisados pelo Fiscal Único que emitiu o respetivo parecer;

Assim, **propõe-se**, em conformidade com o n.º 5, do artigo 9.º, dos Estatutos da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda.:

- que o sentido de voto do representante do Município de Palmela, na assembleia geral, seja o de aprovar os documentos de gestão previsional apresentados.»

Sobre a proposta de Instrumentos de Gestão Previsional para 2018 da Palmela Desporto – sentido de voto do Município numerada DCDJ 01_24-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** reconhece uma diversidade de actividades, uma tentativa de rentabilizar os espaços desportivos e não desportivos, mas será necessário discutir melhor o modelo de gestão autárquica dos equipamentos desportivos. O peso de gastos com pessoal, honorários e energia impossibilita, segundo este modelo e esta orientação, o investimento na escala que os equipamentos vão (mais tarde ou mais cedo) necessitar, a expansão dos mesmos (caso haja essa necessidade) e também uma aposta mais efectiva na comunicação e no marketing, que também tem custos associados.

Volta a insistir para a necessidade de confrontar os dois modelos, uma vez que numa gestão direta autárquica os investimentos em eficiência energética já poderiam ter sido todos feitos, de uma só vez e nestes quatro anos de espera, ter-se-iam atingido graus de poupança que agora são inatingíveis. Estas esperas acabam por onerar mais o horário público. O que é uma espera por uma candidatura por 50%, por vezes esses 50% são pagos em metade do prazo previsto para o retorno do investimento. Os conselhos de gestão não têm instrumentos suficientes para poder fazer gestão no verdadeiro sentido da palavra. O preço dos centros de custo não permite opções de gestão. Se esta gestão quiser avançar mais no futuro e pensar numa Piscina para Marateca – Poceirão, ou uma segunda Piscina em Palmela; estes investimentos estratégicos são impossíveis de realizar com estes resultados líquidos. Neste sentido, a bancada do **Sr.**

Vereador Pedro Taleço irá se abster, deixando um forte apelo para que, durante este mandato, sejam avaliados com contas esta gestão autárquica; porque o que se pretende é que a empresa municipal, pela sua escala, apresente resultados para o serviço público, sem onerar a autarquia com mais custos. Não haveria necessidade de um subsídio, ou o subsídio ia reduzindo paulatinamente mediante os resultados. O que aconteceu é que o subsídio foi aumentando até ao seu limite máximo, encontrou-se um ponto de equilíbrio, até estagnar e chegar a um ponto de estrangulamento.

Nos 83.000,00€ de investimento previstos para o próximo ano, a parte substancial nem sequer tem a ver com questões de eficiência, mas sim com a aquisição de equipamentos para alguns espaços e que a administração também tem que considerar, sob pena de perder clientes em relação a ter alguma quebra na qualidade ou na diversificação da oferta. De uma forma muito ampla, muito disponível, o PS lança o desafio, mantendo a abstenção em relação desta opção; na esperança que haverá margem para a compreensão dos modelos e levar o desporto do conselho para a área mais rentável do que é o investimento público.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a questão do modelo é importante, pois tem dado provas que não resulta. Reitera que devia ter sido feito investimento, no que diz respeito à eficiência energética, para que agora houvesse retorno. Apenas há investimento, na Piscina de Palmela, previsto para 2019 e 2020. Neste plano plurianual só se prevê 25.000,00€, sendo que 10.000,00€ em 2019 e 15.000,00€ em 2020, ou seja, aquém do que era necessário.

Os gastos de pessoal, têm um peso acrescido, mas é justificável. Há um acréscimo de 100.000,00€, 16% está prevista a entrada de dois colaboradores, os subsídios de coordenação a três técnicos e mais uma vez, o descongelamento previsto nas carreiras. Portanto, num documento provisional sobrevaloriza-se, eventualmente, este peso, enquanto num outro, desvaloriza-se. À semelhança do que foi feito em relação ao orçamento da autarquia e também ao de Palmela Desporto no passado, o voto será contra.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que concorda com o que foi dito e que o modelo de gestão de Palmela Desporto devia ser um pouco diferente. Chama a atenção para os 247.500,00€ em horas extraordinárias. Pede por isso, mais esclarecimentos acerca desta rubrica.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que tem notado que a vereação tem vindo a mudar aquilo que tem sido, o sentido de opinião, relativamente à Palmela Desporto. Desconhece se estará relacionado com a mudança de administração ou se com a empresa propriamente dita e, com a atividade que tem vindo a desenvolver e cujos resultados são visíveis. Há, de facto, uma gestão rigorosa que tem contribuído para o aumento de utentes nos equipamentos, tem contribuído para a diversidade e para o aumento de atividades, para a melhoria dos resultados financeiros. Podendo, naturalmente, todos os modelos ser discutidos, aprimorados, certamente, há autarquias que optaram por modelos diferentes, que não terão o conhecimento tão

aprofundado da despesa, que têm associada à gestão dos seus equipamentos como existe na Palmela Desporto. Este modelo permite uma outra eficácia, eficiência e flexibilidade na gestão que a gestão direta não permitiria. Há uma abertura para refletir sobre diferenciados modelos, mas esta gestão revela estar no bom caminho, com resultados que são visíveis.

O **Sr. Presidente** esclarece que o valor de horas extraordinárias é de 11.414,00€. Acrescente que, para se fazer esta análise, há que perceber, que é uma empresa municipal, que a lei é que tutela o funcionamento das empresas municipais. Faz um apelo ao PS para que altere a lei em sede de Assembleia da República, para permitir que sejam os municípios a fazer esses investimentos, porque são empresas municipais e a empresa municipal gere equipamentos, bens patrimoniais do município e proporciona a utilização e a dinamização da atividade desportiva. Portanto, há necessidade de verificar como fazem outras empresas municipais da área. Convida todos a saber o que é uma empresa municipal, porque são feitas considerações que desfocam a análise do problema. Quem tem que fazer investimentos em novas infraestruturas desportivas, não é a Palmela Desporto e isto é possível com alteração à lei. O município investe em novas infraestruturas desportivas, o município vai ter praticamente um pavilhão gimnodesportivo no Poceirão e vai ter que ser a Palmela Desporto, com custos de funcionamento. É diferente ter só uma biblioteca, ou ter só um centro cultural, do que ter um em cada freguesia. Se a empresa for desafiada a fazer a gestão do equipamento no âmbito do contrato de comodato, vai ter que ter mais despesas.

Grandes investimentos não competem à Palmela Desporto fazer. Esses investimentos são feitos pelo município, a Palmela Desporto gere equipamentos municipais. A Palmela Desporto tem que fazer investimentos na conservação, beneficiação, qualificação e isso tem conseguido mais-valia para fazer. Tem sido feito um conjunto de beneficiações, reparações, pinturas, um pouco por todo o lado.

No que diz respeito à eficiência energética, foram feitos investimentos nos últimos 4, 5 anos. Desde 2011 têm vindo a ser feitos investimentos que reduziram as despesas do gás, investimentos que reduziram o consumo de água. O pavilhão tem a iluminação LED, há termossifões que foram instalados.

Era necessário visitar a conta de gerência da Palmela Desporto de anos anteriores, para ver que num quadro de dificuldades, que levaram ao encerramento de cerca de 140 empresas municipais, a Palmela Desporto tem resultados positivos, conseguiu fazer este investimento, tem conseguido reduzir custos; mas não vai conseguir também reduzir mais, mesmo que investisse muito a eficiência energética, porque está a aumentar as horas de utilização. Depois a empresa tem esta vantagem que é, a flexibilidade de ter um conjunto de prestadores de serviços que não querem, sequer pertencer ao quadro, vão lá a horas, que de outra forma se tivesse internalizado na câmara reflectia-se nos turnos e horas extraordinárias.

Argumenta que o município não deduz IVA como a Palmela Desporto. Porque Palmela Desporto presta serviços e naturalmente é obrigado a cobrar IVA (que houve um aumento de 6 para 19 e posteriormente para 23). As despesas e investimentos que são feitos pela Palmela Desporto, podem deduzir IVA e se fosse a Câmara, isso já não acontecia. Garante que nenhum modelo permite maior agilidade nas respostas à necessidade de gestão, de conservação destes equipamentos, de abertura dos mesmos a horas para os clubes e associações, do que este modelo.

Questiona se o PS foi poder em Loures durante 12 anos, porque é que não extinguiu a GESTLOURES. A vereação há uns anos referia-se à Palmela Desporto, preocupados com a não ultrapassagem da verba, o que foi cumprido. Está a ser estudada a possibilidade de a reduzir, mas se tal não acontecer, é porque trará muito mais benefício para a comunidade. Parece que passou a haver uma opinião diferente com a mudança de Presidente do Conselho de Gestão.

Convida a vereação a falar com os trabalhadores da Palmela Desporto, ver como é que funciona, para que se faça uma melhor avaliação, porque é o conhecimento que faz avançar a capacidade de análise. Retorque que este é um modelo de gestão que não é despesista, os resultados são positivos e hão-de ser melhores; quer financeiros, quer em termos de retorno, nas respostas à qualidade de vida dos munícipes. Sobretudo, cumpre a função de fazer também, o trabalho que compete ao município, fazer e de uma forma mais ágil. Já houve poupanças significativas e os grandes investimentos a fazer, têm de ser feitos pelos municípios. As empresas municipais não têm essa função. Lamenta, mais uma vez, que haja votos que não representam propriamente a análise e o conhecimento das coisas que estão a ser efetivamente discutidas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, e a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço, Mara Rebelo e José Calado. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezanove horas e três minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Pacheco